



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MENINOS DE RUA

Alda Judith Alves-Mazzotti

RESUMO - *Representações Sociais de Meninos de Rua.* Os programas de apoio e ressocialização dos “meninos de rua”, em sua maioria, não têm produzido os resultados esperados: o número de crianças nas ruas continua a crescer e os direitos desses meninos continuam a ser violados. Para que esses programas, bem como as políticas públicas dirigidas à ressocialização dos meninos e meninas de rua, possam ser eficazes, o apoio de diferentes atores sociais torna-se imprescindível. Considerando-se que as representações sociais elaboradas por um grupo orientam e justificam sua conduta frente aos objetos a que se referem, a presente pesquisa buscou investigar como os “meninos de rua” são representados por grupos aos quais estão mais frequentemente expostos: meninos e meninas que trabalham nas ruas, policiais e seguranças, “educadores sociais” e meninos e meninas de classe média que estudam em colégios próximos às ruas de concentração de “meninos de rua”.

Palavras-chave: *meninos de rua, imaginário social, representações sociais*

ABSTRACT - *Social representations of street children.* Programs geared at supporting and resocializing street children in Brazil are not accomplishing the expected results: the number of children in the streets is ever growing and the children’s rights continue to be violated. Protective legislation and re-socialization programs geared towards “street children” need strong societal support in order to be effective. Considering that social representations elaborated by a group guide and justify group’s behavior and communications towards the objects represent, we investigated how “street children” are represented by groups to whom they are more likely exposed: other children and adolescents who work in the streets, policemen and security guards, “street educators” and middle class children who study in schools near the “habitat” of these children.

Key-words: *street children, social imagery, social representations*

Introdução¹

Com o agravamento da crise econômica na década de 70, grandes contingentes de crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres começaram a buscar nas ruas meios de sobrevivência. Por seu número e modos de agir, aqueles que são hoje genericamente chamados de “meninos de rua” representavam um fenômeno ainda desconhecido, um novo objeto social. Sua súbita visibilidade os tornou um tema freqüente, tanto na mídia como nas conversações cotidianas, levando as pessoas a procurarem fazer deles uma imagem e a assumirem uma posição frente à questão.

O fato de que essas crianças ficam expostas a uma série de riscos — que vão, desde a influência de todo tipo de delinqüentes com os quais divide o espaço da rua, até a morte por grupos de extermínio — mobilizou diversos atores sociais. Um número significativo de organizações governamentais e, principalmente, não-governamentais surgiu com o objetivo de oferecer alguma forma de ajuda e de garantir os direitos dessas crianças e adolescentes². Esta mobilização culminou com a aprovação pelo Congresso, em 1989, do Estatuto da Criança e do Adolescente, internacionalmente considerado como um dos instrumentos legais mais progressistas já elaborados em prol da infância e da adolescência. Entretanto, mais de sete anos após a promulgação da lei, pouca coisa mudou: os direitos das crianças continuam a ser violados de diversas formas e os grupos de extermínio continuam a agir impunemente, graças à conivência, e até mesmo com a aprovação, de parte da sociedade. A implementação do Estatuto, para ser efetiva, precisa de apoio social. E a maneira pela qual os “meninos de rua” são vistos pelos diferentes atores sociais é crucial para a orientação de iniciativas que visem obter esse apoio.

Por outro lado, os programas de ressocialização dos “meninos de rua”, em sua maioria, também não têm produzido os resultados esperados, pois o número de crianças nas ruas, ao invés de diminuir, continua a crescer. Face à magnitude dos esforços e aos modestos resultados até agora obtidos, torna-se urgente a produção de conhecimentos que possam orientar as práticas desses programas, bem como as políticas públicas dirigidas à ressocialização dos meninos e meninas de rua.

Considerando-se que as representações sociais elaboradas por um grupo orientam e justificam sua conduta frente aos objetos a que se referem, buscamos investigar como os “meninos de rua” são representados por grupos aos quais estão mais freqüentemente expostos: meninos e meninas que trabalham nas ruas, policiais e seguranças, “educadores sociais” e meninos e meninas de classe média que estudam em colégios próximos às ruas de concentração de “meninos de rua”. Para efeito de comparação, investigamos, ainda, como os “meninos de rua” vêm a si próprios e como representam os seguintes elementos de seu universo: família, rua, escola, trabalho e futuro.

Quadro teórico

A noção de representação social aqui utilizada se refere à forma pela qual apreendemos acontecimentos e informações que povoam nossa vida cotidiana, correspondendo ao conhecimento espontâneo que se costuma chamar de senso comum. Trata-se de um conhecimento prático, socialmente elaborado e partilhado, que visa nos ajudar a dominar nosso ambiente, a compreender fatos e idéias, a agir com e sobre os outros e a nos situar a respeito deles (Jodelet, 1989).

Nesta perspectiva, representação social é definida, de um lado, por um conteúdo (informações, imagens, opiniões, atitudes) relacionado a um objeto; mas, por outro, ela é a representação de um sujeito (indivíduo, grupo, classe) em relação com outros sujeitos, sendo, portanto, influenciada pela posição sócio-econômica e cultural que ele ocupa na sociedade. Ao construir a representação de um objeto, o sujeito expressa sua relação com ele servindo-se de elementos descritivos, simbólicos e normativos que circulam em seu meio sócio-cultural. Esses elementos, por outro lado, se organizam como uma espécie de saber que orienta suas condutas e suas comunicações sociais (Jodelet, 1989, 1990).

O estudo das representações sociais se propõe a focalizá-las sob seu aspecto constituído, isto é, tratando-as como “produtos”, mas busca também analisar os processos que lhes deram origem. Quanto ao primeiro aspecto, Moscovici aponta três dimensões das representações sociais que nos permitem apreender seu conteúdo e sentido: a atitude com relação ao objeto, as informações de que o sujeito dispõe sobre ele e o campo de representação ou imagem, isto é, o conteúdo concreto e estruturado de elementos referentes ao objeto. Os processos formadores das representações são a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1978).

A objetivação consiste na transformação de um conceito ou de uma idéia em algo concreto. Nesse processo, as informações que circulam sobre o objeto sofrem uma triagem em função de condicionantes culturais e, sobretudo, de critérios valorativos, proporcionando uma imagem coerente e facilmente expressível do objeto da representação. O resultado dessa organização é chamado de núcleo ou esquema figurativo, uma construção estilizada do objeto que, absorvendo o excesso de significações, sintetiza, concretiza e coordena os elementos da representação, os quais, partilhados e “confirmados” através da conversação, se tornam “seres da natureza”. A generalidade dessa “naturalização”, sua importância em contextos sociais reais tem sido amplamente demonstrada. A estabilidade do núcleo figurativo, bem como sua materialidade, lhe conferem o estatuto de referente e de instrumento para orientar percepções e julgamentos sobre a realidade (Jodelet, 1989). Tal fato tem importantes implicações para a intervenção social: qualquer ação que pretenda modificar uma representação só terá êxito se for dirigida prioritariamente ao núcleo figurativo, uma vez que

este não apenas é a parte mais sólida e a estável da representação, como dele depende o significado desta. (Ibáñez, 1988).

O segundo processo descrito por Moscovici é a ancoragem, que corresponde à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente e às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutro. Para Moscovici (1984), ancorar é classificar e rotular e utilizamos esses processos para podermos nos familiarizar com algo que nos é estranho e, conseqüentemente, ameaçador. Ao classificar, escolhemos um dos protótipos estocados em nossa memória e com ele comparamos o objeto a ser representado decidindo se ele se encaixa ou não na classe em questão com base na coincidência entre uns poucos ou mesmo um único aspecto do protótipo. Ao ser rotulado, ele pode ser descrito e comunicado, adquirindo certas características e tendências que os tornam distinto de outros objetos e os inscrevem em um sistema de convenções partilhado pelo grupo. Aos protótipos que orientam as classificações correspondem expectativas e coerções que definem os comportamentos que se adota em relação às pessoas que eles classificam e aqueles que lhes são exigidos. A interação com eles se desenrola de maneira a confirmar as características que lhes são atribuídas.

Enquanto na objetivação a intervenção dos condicionantes sociais se dá no agenciamento e na forma dos elementos que entram na composição da representação, na ancoragem a intervenção social se traduz na significação e na utilidade que lhe são conferidos (Jodelet, 1990). A objetivação e a ancoragem, portanto, se referem não apenas à formação mas também ao funcionamento das representações sociais, evidenciando como fatores sociais interferem na elaboração psicológica da representação e como esta elaboração psicológica interfere na conduta social de indivíduos e grupos.

Metodologia

Um total de 143 sujeitos participaram do estudo. O grupo dos meninos e meninas trabalhadores incluiu 26 sujeitos, com idades variando entre 10 e 18 anos, (idade média 15 anos), sendo 17 meninos e 9 meninas, todos oriundos de famílias muito pobres. A quase totalidade deles atua no mercado informal como vendedores, ajudantes, serventes, havendo também entregadores de mercadorias diversas, mensageiros e jornaleiros. Alguns trabalham sozinhos, outros com os pais ou outros parentes. Quase todos freqüentam a escola, embora com grande defasagem entre série e idade, e o nível de escolaridade varia entre nenhuma e 7ª série do 1º grau. Os meninos e meninas de classe média (16 meninos e 14 meninas) têm de 9 a 17 anos, com a média de idade entre 14 e 15 anos. O nível de escolaridade varia desde a 2ª série do 1º grau à 3ª série do 2º. Os educadores sociais (14 homens e 16 mulheres) pertencem a diversos tipos de programas de

apoio a “meninos de rua” (10, ao todo). Quanto ao nível de escolaridade, 8 têm apenas o segundo grau e os restantes têm curso superior, embora, na maioria dos casos, não relacionado à tarefa. Os policiais (N=12) e seguranças (N=14) são todos do sexo masculino, têm idades entre 23 e 46 anos (média 33) e trabalham próximo às áreas de concentração dos meninos e meninas de rua. Finalmente, o último grupo foi constituído por 18 meninos e 13 meninas de rua³ com idades entre 9 e 18 anos (média de idade entre 14 e 15 anos). Nenhum deles estudava mais, embora todos já tivessem passado pela escola.

Os dados foram coletados através de entrevistas de tipo não-estruturado, deixando que os entrevistados se expressassem livremente sobre o tópico de interesse da pesquisa. Inicialmente, solicitávamos apenas que nos falassem sobre os “meninos de rua”. De acordo com o fluxo da conversa, procurávamos explorar, na perspectiva dos entrevistados, alguns aspectos relevantes da vida desses meninos, como por exemplo, a família, a vida na rua, sua posição com relação à escola e ao trabalho e suas perspectivas de futuro. A preocupação, porém, foi sempre a de não fazer perguntas muito específicas que pudessem induzir as respostas. Sempre que houve permissão do entrevistado, as entrevistas foram gravadas. Cinco alunos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro foram os entrevistadores⁴.

As opiniões, crenças, informações, imagens e atitudes contidas nos discursos dos diferentes grupos foram submetidas à análise de conteúdo, procurando-se inicialmente descrever a representação como campo estruturado. Através da frequência dos temas e da importância e sentido a eles atribuídos pelos respondentes, buscamos depreender os elementos constitutivos da representação, bem como as relações entre eles, tentando chegar ao núcleo figurativo. Moliner (1994) aponta quatro características básicas que nos permitem identificar as cognição centrais (aqui representadas pelos núcleos figurativos): valor simbólico, poder associativo, saliência e conexidade. A primeira se refere ao fato de que estas mantêm com o objeto uma relação necessária, “não negociável”. Isto quer dizer que, na visão do grupo considerado, elas não podem ser dissociadas do objeto da representação sob pena de este perder toda a significação. Poder associativo diz respeito à polissemia das noções centrais e à sua capacidade de se associar aos outros elementos da representação, uma vez que elas condensam o conjunto de significações. A saliência está diretamente relacionada às duas características anteriores: graças ao seu valor simbólico e à sua polissemia, as cognição centrais ocupam um lugar privilegiado no discurso, sendo evocadas mais frequentemente que as demais. Finalmente, a conexidade é decorrente do poder associativo: em função dessa capacidade, as cognições centrais são aquelas que apresentam maior número de relações com os demais elementos da representação. Tais características, evidenciadas em vários estudos experimentais, serviram de critérios para a identificação do núcleo figurativo da representação de “menino de rua”.

Para dar conta da estrutura identificada, porém, é necessário reconstituir os processos de formação da representação, ou seja, a objetivação e a ancoragem. No que se refere à objetivação, procuramos, através da comparação entre os grupos, identificar as distorções, desfalques e suplementações ocorridos na formação do núcleo figurativo, formulando algumas hipóteses sobre as atitudes, valores, necessidades e interesses subjacentes a esse processo, decorrentes da inserção sócio-cultural dos sujeitos e das interações mantidas com os “meninos rua”. Quanto à ancoragem, buscamos identificar a que idéias, conceitos ou protótipos a representação de “meninos de rua” estaria associada, bem como que tipo de práticas essa representação orienta e/ou justifica.

As representações apresentadas pelos diversos grupos foram comparadas, assumindo-se a perspectiva de que a dinâmica das representações é determinada pelo jogo das relações intergrupais: tais relações influenciam as representações que os sujeitos têm de si próprios, de seu grupo e de outros grupos, na medida em que mobilizam uma atividade representativa destinada a antecipar, regular e justificar as relações sociais que assim se estabelecem (Jodelet, 1990).

Com o objetivo de avaliar o nível de rigor do estudo, utilizamos a técnica de “auditoria”, proposta por Lincoln e Guba (1985). De acordo com esta técnica, um segundo pesquisador, com experiência na área, examinou tanto o processo, isto é, os procedimentos de coleta e análise dos dados, como o produto: transcrições das entrevistas, categorizações e interpretações, conclusões e relatório final.

Resultados

As representações de “meninos de rua” apresentadas pelos meninos e meninas trabalhadores, meninos e meninas de classe média, educadores sociais e policiais e seguranças, bem como as dos próprios “meninos de rua”, serão analisadas a seguir.

Meninos e Meninas Trabalhadores

Ao solicitarmos que falassem sobre os “meninos de rua”, pudemos observar, no discurso dos meninos e meninas trabalhadores, três tipos de abordagem da questão. A primeira buscava explicar a presença dos meninos na rua, tentando identificar causas e apontar responsáveis. Entre os que optaram por esse caminho, predomina a visão de que as crianças vão para a rua porque não têm família, ou porque esta os abandonou, ou porque “brigava muito”. A idéia aqui subjacente é a de que, se não fosse este o caso, eles não estariam na rua, porque “ninguém gosta de passar fome, dormir embaixo de ponte”.

Outros falam de seus próprios sentimentos com relação aos “meninos de rua”. Alguns sentem pena ou mesmo culpa, por terem o que eles não têm (casa, família), outros, ainda, dizem que sentem medo, por já terem tido experiências desagradáveis com eles, principalmente ligadas ao roubo de suas mercadorias ou do dinheiro ganho no trabalho.

Finalmente, a maioria se atém à figura concreta dos “meninos”, seu comportamento e aparência. Neste caso, os “meninos de rua” são vistos predominantemente como assaltantes, “pivetes”. Entretanto, nem todos os que afirmam que eles assaltam fazem um julgamento negativo dos “meninos” em função desse comportamento; vendo-os também como vítimas (da violência e do abandono dos pais, do descaso da sociedade e do governo, da discriminação das pessoas). As falas que se seguem são ilustrativas desta posição:

Os pais largam eles na rua... às vezes eles nem estão querendo [roubar] mas a fome obriga eles...

Eles vivem na rua porque não têm ninguém pra ajudar eles... levam porrada do pai, da mãe, aí ficam revoltados, fogem pra rua e começam a fazer besteira.

Eles não têm nada... Pra eles tanto faz viver ou morrer. É uma coisa muito triste porque eles são meninos igual à gente e estão sofrendo, enquanto a gente tem uma vida mais ou menos decente...

Os que fazem um julgamento negativo, enfatizam a falta de esforço dos meninos para mudar seu modo de vida ou o gosto pela “malandragem”:

Acho que eles já têm consciência do que é certo e errado. Então por que roubam? Por que não fazem uma caixinha e não vão engraxar sapato?

A maioria não tem mais jeito... Eles se acostumam na malandragem e só quer ganhar mole. Eles não quer nada com a “Hora do Brasil”...

Considerando-se a totalidade das respostas, podemos dizer que a atitude do grupo com relação aos “meninos de rua” é bastante dividida. Em alguns dos meninos trabalhadores, percebe-se uma identificação com os “meninos de rua”, representada pelos sentimentos de empatia e solidariedade, em outros, uma reação à identificação, evidenciada na preocupação em afirmar as diferenças entre eles próprios e os “meninos de rua”.

Coerente com sua visão de mundo, os meninos e meninas trabalhadores constroem, sobre os “meninos de rua”, uma representação que apresenta o seguinte núcleo figurativo:

Os “meninos de rua” são crianças pobres que não trabalham e por isso roubam para sobreviver.

Meninos e Meninas de Classe Média

Na caracterização dos “meninos de rua” apresentada por este grupo, a agressividade e a revolta como reação às violências sofridas são os traços mais enfatizados:

A violência deles é uma resposta à violência que sofrem dos adultos.

São agressivos pela falta de carinho em casa...

Eles são violentos como uma forma de defesa... eles não nasceram com esta característica, eles adquiriram no meio em que eles são obrigados a sobreviver.

Foram privados de algo fundamental que é a segurança familiar, aquilo da criança se sentir amada, querida. Acho que quando ela se vê fora disso, ela se brutaliza um pouco...

Outros respondentes os vêem sobretudo como abandonados e tristes:

Muitos são tristes, você vê eles na rua com a cabeça baixa... Eles se drogam porque têm pena de si próprios, por não ter um pai, uma mãe ali pra ajudar...

Em ambos os casos, porém, famílias são vistas como as grandes responsáveis pela situação de meninos de rua. Desagregadas, desunidas, com um número excessivo de filhos sem condição para criá-los, põem os filhos para trabalhar ou os abandonam. A exploração de seu trabalho, aliada à falta de afeto e aos maus tratos, leva os meninos a preferirem a rua. Esta situação familiar raramente é vinculada a fatores de ordem social e econômica, privilegiando-se, como fatores determinantes, os vícios (alcooolismo, uso de drogas) e principalmente a irresponsabilidade dos pais:

Como os pobres têm pouca opção de lazer, eles transam à beça, depois não têm condição de criar. Isso estressa o pai, que põe o filho pra trabalhar. Ele não agüenta, foge de casa e vai pra rua.

Existem mães que exploram as crianças, que até alugam as crianças para outras pessoas, para pedir dinheiro. A mãe joga a criança na rua porque dá mais importância ao dinheiro do que à própria saúde da criança.

As famílias são cheias de problemas, o pai bate nelas, a mãe bate nelas e elas não agüentam... Os pais são uns idiotas, podiam arranjar um emprego... Tudo bem que nesta sociedade tá difícil, mas não é totalmente impossível...

Apesar de ser considerada a principal responsável pelo problema, a família praticamente não é contemplada nas soluções apresentadas pelos adolescentes de classe média para solucioná-lo (exceto por algumas menções à necessidade de planejamento familiar e de melhores salários). As soluções apontadas se referem a instituições educacionais de formatos diversos que vão desde escolas, geralmente profissionalizantes, até orfanatos:

Devia abrir um montão de órgãos como a FUNABEM, só que não prendendo o menor lá dentro... dava comida, podia dormir lá, mas um negócio livre assim, tendo cursos profissionalizantes... Aí ficava quem tava afim.

De imediato, eu recolheria todos os maiores e começaria a fazer centros de profissionalização...

Eu fazia tipo uma instituição bem grande em cada cidade... botava os meninos pra trabalhar... eles passavam o dia inteiro lá ... Podia sair, mas pô, lá ia ser a casa deles, dava comida, dava ensino... que nem escola.

Dois ordens de preocupação parecem orientar as respostas. A primeira é afastar os meninos das ruas, o que se evidencia na sugestão de escolas e de outros tipos de instituição, geralmente em tempo integral. A alusão a instituições “bem grandes” sugere a idéia de depósitos, idéia esta reforçada por expressões como “recolher”, utilizadas por esses adolescentes e também pelas freqüentes menções à feiura e à sujeira dos meninos e aos transtornos que causam. A outra preocupação dominante é a preparação para o trabalho, e esta deve ser imediata.

Ao compararmos estas sugestões com o que os meninos e meninas de classe média dizem sobre a atitude dos “meninos rua” com relação à escola, fica claro que eles não têm muita esperança na eficácia das soluções que eles mesmos propõem, uma vez que a maioria afirma que aqueles meninos não valorizam a escola e não gostam de estudar:

Eles não estão a fim de estudar, acho que não tem mais jeito... Quem participa de arrastão, quem assalta tem a vida muito agitada pra ficar sentado estudando... Agora, as criancinhas tinham que estar na escola...

Eles não gostam de estudar, senão estariam na escola. Tem escola aí que é feita pra esses meninos, o CIEP. Eles não vão porque não querem.

Acho que eles não valorizam a escola. Se vão pra escola é pra comer, pra tomar banho.

Também no que se refere ao trabalho, embora alguns admitam que alguns “meninos de rua” trabalhem para se sustentar, a maioria diz que “eles não querem dar duro” e que “é mais fácil roubar”:

Alguém tem que ensinar eles a fazer alguma coisa pra eles começarem a trabalhar. Se deixar por conta deles, eles só aprontam e não trabalham.

É muito mais fácil bater uma carteira do que trabalhar, dar duro, suar...

Coerente com essa visão, a maioria dos meninos e meninas de classe média vislumbra um futuro sombrio para os “meninos de rua”, onde a morte prematura ou a criminalidade os aguarda. Os que manifestam alguma esperança, ressaltam a importância do esforço pessoal. Estas considerações estão ancoradas à crença de que é o indivíduo, e não as condições sociais dominantes, o principal responsável por seu próprio destino, idéia esta que Ichheiser, e mais tarde Heider, vão associar às atribuições de sucesso e fracasso (Farr, 1990).

Diante do exposto, podemos identificar o seguinte esquema figurativo na representação de “meninos de rua” pelos meninos e meninas de classe média:

Os “meninos de rua” são filhos de pais irresponsáveis, que se tornam revoltados e violentos.

Policiais e Seguranças

Os policiais consultados, com uma única exceção, atribuem o problema dos “meninos de rua” a causas econômico-sociais, como, por exemplo, a má distribuição de renda, a pobreza, a situação do País e o descaso do governo pelos problemas sociais. Já os seguranças, embora a maioria priorize os aspectos sociais, destacam também a responsabilidade da família:

Essas crianças são filhos de mulheres aventureiras, prostitutas e delinquentes. Não têm amor paterno e, portanto, são sem sorte na vida, ficam à mercê da fatalidade...

Entre as soluções, predomina, entre os seguranças, o encaminhamento a instituições de tempo integral com profissionalização. Entre os policiais, porém, não se observa uma tendência nítida: as soluções apontadas variam desde escolas ou outras instituições com ou sem profissionalização, a políticas governamentais (maior investimento no campo, programas habitacionais), passando por sugestões envolvendo o Juizado de Menores:

O Juizado de Menores deveria dirigir todos os programas de assistência aos menores, inclusive tendo escolas e hospitais próprios.

A solução seria escola para todos. Os que não quisessem seriam encaminhados ao juizado de menores que deveria dar tarefas.

Vale assinalar a descrença, manifestada tanto por policiais como por seguranças, na eficácia dos Programas de apoio aos “meninos de rua”.

Quanto à caracterização dos “meninos de rua”, o que mais chama a atenção dos seguranças é o abandono, representado, tanto pelo descaso do governo e da sociedade, como pelo distanciamento da família:

Tenho pena desses meninos. São desamparados, flagelados, sem ninguém que olhe por eles...

O que mais me chama a atenção é a forma triste como olham o mundo. São vítimas da sociedade, da família e do Governo

Os policiais, por sua vez, ao descrever os “meninos de rua”, se atêm mais a aspectos visuais: “a sujeira deles”, o “rosto triste e o jeito como se vestem”, “a aparência, a fome estampada no rosto”, a “bagunça e a sujeira que fazem nas ruas”, “aquele bando que eles formam”, “a forma como se portam”, “aquele tipo físico”. Outros destacam a marginalidade ou morte prematura como futuro inexorável:

*São os marginais do futuro.
Esses garotos não chegam aos trinta.*

Uma outra diferença pode ser observada entre os grupos: enquanto os seguranças vêem os meninos predominantemente como mendigos, “pedindo um trocado” ou “revirando o lixo, procurando restos de comida”, “abandonados e tristes”, os policiais vêem o roubo e a marginalidade como parte essencial do modo de vida dos meninos:

É mais ou menos assim: eles assaltam, dividem o lucro, provocam tumulto, fumam, cheiram e dormem.

Ambos os grupos consideram que os meninos não têm uma concepção do que seja família, mas têm uma visão extremamente negativa de seus pais, o que não ocorre com as mães, vistas como “vítimas” e “batalhadoras”. Acham que os “meninos de rua” não querem estudar nem trabalhar, pois “é mais fácil pedir ou roubar”, e não pensam no futuro.

Os policiais acreditam que os “meninos de rua” se vêem favoravelmente, como “autoridades”, “como alguém que mete medo”, como “donos do pedaço”, que, “por serem menores, pensam que podem fazer o que querem”. Afir-mam, ainda, não sem uma certa irritação, que os “meninos” são vistos como “vítimas” e “artistas do noticiário”, “e se aproveitam bem disso”, enquanto os policiais são vistos como exterminadores. Um policial, responsável pela segurança nas praias, assim se expressa quanto a essas questões:

Vêja você, eu estou aqui há duas horas e esses garotos estão aí esperando um turista “trouxa”. Eles simplesmente ignoram a ação policial. É por isso que eles merecem uns “telefones” de vez em quando...

Considerando-se a totalidade das respostas em cada um dos grupos, dois núcleos distintos parecem emergir. Enquanto para os seguranças, os “meninos de rua” são *crianças abandonadas e tristes*, para os policiais eles são *marginais sujos e impunes*.

Educadores sociais

O modelo sócio-econômico vigente no País é o principal responsável pela existência dos “meninos de rua”, segundo a opinião unânime dos educadores sociais: o “sistema capitalista”; a “estrutura sócio-econômica”; a “má distribuição de renda”; a “miséria e o desemprego crescentes”; o “êxodo rural”; o “crescimento da economia informal” e a “ausência de políticas públicas que garantam à população carente os serviços básicos, como educação, saúde e programas habitacionais” são os principais aspectos apontados. A desestruturação familiar, a falta de afeto e a violência encontrada em muitas dessas famílias seriam decorrentes das causas econômicas apontadas. Sobre estas questões, assim se expressa um educador:

O problema é estrutural. (...) O desemprego cresceu assustadoramente, a economia informal impera e o orçamento das famílias pobres dos grandes centros aperta-se cada vez mais, culminando com a necessidade dos filhos irem trabalhar muito cedo, num mercado de trabalho que tem medo da legislação trabalhista e não quer empregá-los... Daí, os meninos não têm escolha: partem para os sinais, a fim de vender sub-mercadorias que não são de grande necessidade pra ninguém. Ao voltarem para suas casas são freqüentemente agredidos diante do pouco dinheiro obtido... os pais descontam suas angústias neles, né? Até que um dia passam a temer mais suas casas do que a rua, onde acabam ficando.

As soluções apontadas são coerentes com as causas atribuídas. A ênfase recai sobre as soluções estruturais, de longo prazo e de natureza preventiva, representadas por mudanças profundas no modelo econômico, que garantam emprego com salário digno para os pais e educação para os filhos. As falas que se seguem ilustram essas posições:

Esse modelo econômico que está aí só faz reproduzir o status quo ... Eu só vejo solução quando os pais tiverem condição de sustentar suas famílias, quando tiver emprego pra todo mundo, quando a escola for um meio de ascensão, não só social, mas como ser humano... Tem que ter oportunidade igual pra todo mundo.

É preciso uma maior assistência às comunidades carentes, além de maiores oportunidades de trabalho e lazer, mantendo o menino integrado à comunidade... uma escola que funcione... O Governo tem que assumir seu papel, com pessoas sérias tratando do assunto e evitando que essa responsabilidade se ja passada a terceiros.

É importante assinalar que apenas cinco educadores se referiram a soluções de curto prazo, como programas de apoio e profissionalização, para atender os meninos que já estão na rua. Além disso, curiosamente, dois educadores consideraram que não há solução: sempre houve e sempre haverá “meninos de rua”.

Mas, se há consenso quanto às causas e soluções do problema, o mesmo não se pode dizer quanto à visão dos educadores sociais sobre o papel que lhes cabe: as respostas são extremamente variadas e, muitas delas, bastante vagas.

É certo, porém, que é possível identificar alguns sujeitos que parecem ter uma visão mais clara do que se propõem a fazer. Esses afirmam que o educador social deve ter por objetivo levar os meninos à conquista da cidadania e, para isso, deve funcionar como um mediador entre eles e a sociedade da qual foram excluídos. Consideram que, na medida em que os “meninos de rua” são produto de uma estrutura social perversa, não se pode restringir a atuação a estes, como se eles fossem “o problema”, sendo necessário atuar também junto à sociedade, “denunciando as injustiças”, “lutando pelos direitos deles”, “dando-lhes voz”. Nesse sentido, assim se expressa um educador:

(O educador social) tem que encontrar medidas sócio-educativas que ajudem essas crianças a reencontrarem o contexto social. Para mim o nosso papel é mediar relações, é uma trincheira política. A autonomia que esses meninos têm é um instrumento importante para que se possa ajudá-los a resgatar sua cidadania e a se defender dos males de uma sociedade opressora que têm planos de morte para eles... É claro que, pela vida que levam, esses meninos passam a incorporar determinados comportamentos de vantagens que são muito perigosas para sua vida pessoal e que colocam também em risco a vida coletiva e nisso a intervenção diária do educador deve ser muito insistente... Mas, por mais doentes ou explorados que estejam, há como transformá-los em pessoas dignas. Nosso papel é fazer com que eles compreendam suas vidas e possam resolvê-la sozinhos, sem a ajuda ou a dependência das ONGs. Mas, fundamentalmente, é a sociedade que precisa receber uma intervenção...

Essa fala sugere que a tarefa dos educadores inclui tanto aspectos políticos quanto educacionais. A maioria dos educadores, porém, tende a privilegiar ora os aspectos políticos — “conscientização dos meninos”, “defesa de seus direitos”, “pressão política” — ora os aspectos psicológicos — “dar atenção e carinho”, “passar valores”, “resgatar a auto-estima”, “discutir com eles seus projetos de vida”, “vencer as resistências deles, sem fórmulas”.

Há, ainda, os que declaram “fazer tudo o que é possível”, “ser pai, mãe, amigo, orientador”, “ouvir seus desejos e procurar viabilizá-los”, “atender às necessidades que precisam de soluções imediatas”. Tal atitude, se às vezes denota uma certa desorientação, parece também representar uma tentativa de suprir as enormes carências decorrentes da situação de abandono a que esses meninos foram relegados. A esse respeito, diz uma educadora:

O papel do educador é olhar por esse menino, é dar atenção a esse menino que ninguém atende, tentando ajudá-lo em suas dificuldades, tentando atender às necessidades que ele traz.

A palavra “ponte” com o sentido de mediação, seja entre os meninos e outras alternativas de vida, ou entre eles e a sociedade, o Governo ou outras instituições, aparece com alguma frequência no discurso dos educadores ao se referirem ao seu papel. Observa-se, porém, que a forma de exercer essa mediação é vista de forma diferente por diferentes educadores e parece não estar clara para muitos deles.

Cabe assinalar que apenas três educadores consideram que seu papel é tirar os meninos da rua:

Eu acho que o principal papel do educador social é fazer com que o menino perceba que a rua não é lugar pra se viver, não é o paraíso que ele imaginou quando saiu de casa... fazer ele perceber que ali é tudo uma falsa liberdade... se em casa ele é explorado pelos pais, na rua ele é explorado pelos maiores, pelo traficante, a menina é explorada pelo gigolô... É preciso encontrar um lugar para essas crianças...

Tais resultados, se de um lado parecem indicar que muitos educadores se encontram meio perdidos face à dificuldade da tarefa, de outro, podem ser decorrentes de uma esquematização da visão anteriormente mencionada, referente às causas e soluções do problema: se o modelo sócio-econômico vigente no país é o responsável pela existência de “meninos de rua” e se a solução do problema depende da substituição desse modelo, pouco restaria aos educadores fazer senão “administrar” o dia-a-dia dessas crianças e esperar ou lutar para que essas mudanças ocorram. Em outras palavras, é possível que uma visão esquemática da questão esteja levando esses educadores a verem sua atuação como um paliativo, restringindo-se a ajudar os meninos a sobreviverem nas ruas e a minorar seus sofrimentos, enquanto não surgem melhores alternativas de vida para eles.

Quanto à representação dos “meninos de rua”, ao serem perguntados sobre o que mais lhes chamava a atenção nos “meninos”, os educadores apresentaram respostas bastante variadas, predominando, porém, entre estas, a “resistência” e “coragem”, seguidas da “autonomia” e “capacidade de organização social”, do “carinho”, da “carência”, e da “consciência da exclusão” a que foram submeti-

dos. A “esperteza”, a “criatividade”, a “personalidade marcante”, as “mudanças de temperamento”; também o “abandono”, o “trauma familiar” e a “baixa autoestima” foram outras características apontadas (com uma resposta cada), sendo que um dos educadores declarou que nada em especial lhe chamava a atenção.

À solicitação de uma caracterização mais ampla dos “meninos de rua”, uns se ativeram à gênese do problema, outros focalizaram a atitude das pessoas frente a eles, embora a maioria tenha se centrado nas características dos próprios meninos. Os primeiros destacam a situação de miséria de suas famílias e a desestruturação familiar dela decorrente. Os que focalizam a atitude da sociedade ressaltam a indiferença e, principalmente, a discriminação social em relação a eles. Os que se centraram nas características diretamente relacionadas aos meninos — aí entendidas como atributos e comportamentos — os descrevem de uma maneira geral como crianças e adolescentes “que disseram não à miséria que tinham em casa e à escola que não dá conta de suas necessidades”, “com os mesmos problemas e pretensões das demais, apenas com manifestações diferentes em função das condições de rejeição e violência a que são submetidos”, com “uma incrível capacidade de sobrevivência”, “guerreiros”, “que lançam mão de qualquer coisa para exercer seu direito à existência”; meninos “que já passaram pela escola, que perderam os vínculos familiares”; que têm “dificuldade de aceitar disciplina e hierarquia”; “carentes e ao mesmo tempo carinhosos”; que “usam a arrogância e a agressividade como defesa”.

Quanto à principal forma de sustento dos meninos, a maioria dos educadores enfatiza os “biscates” e a “mendicância”, minimizando as atividades ilegais.

Eles vivem de pequenos furtos... Viver na rua custa caro... Paga-se caro para manter a integridade física, para ter um lugar para dormir. É o produto desses delitos que os mantém vivos, que permite pagar compromissos com terceiros, obrigações de contra-reações que existem nas ruas com policiais, camelôs, seguranças de estabelecimentos comerciais...

Segundo a opinião quase unânime dos educadores sociais, os “meninos de rua” têm de suas famílias apenas “uma lembrança longínqua e dolorosa”, como bem sintetizou um dos respondentes. Longínqua no sentido de que “não há mais vínculo” ou de que ela “não é mais referência;” dolorosa por estar associada ao “fracasso”, à “mágoa”, à “incompreensão”, à “violência”, à “omissão”. O sentimento de família é transferido para a turma da rua, que assume funções a ela associadas, tais como aconchego, segurança e proteção. Por outro lado, a rua representaria, para os “meninos”, liberdade e sobrevivência. Transparece mesmo, na fala de alguns educadores, uma visão romântica da rua, evidenciada por expressões como “fascinante”, “um oásis”, “um grande barato”, “o paraíso”(esta usada por dois educadores).

Quanto à maneira pela qual os “meninos de rua” vêm a escola, a maioria afirma que eles simplesmente a rejeitam, acham “um tédio”, “uma prisão” ou

que “não serve pra nada”. Alguns educadores esclarecem que eles rejeitam a escola que conhecem, que não atende às necessidades deles. O que é importante assinalar aqui é que — seja por ser rejeitante, seja por ser rejeitada — a quase totalidade dos educadores vê a reintegração à escola, pelo menos à escola regular, como algo totalmente fora do universo dos “meninos de rua”.

A maioria dos educadores considera também que os “meninos de rua” têm uma visão negativa do trabalho, considerando-o “coisa de otário”, que “não dá camisa à ninguém”; que só serve “pra arrumar algum” e “quando tiver vontade, sem esforço”, mas “aturar ordem de patrão, acordar cedo, nem pensar”. Alguns entrevistados, porém, acreditam que eles sabem ser uma necessidade, sua única saída, embora ressaltem prováveis dificuldades na adaptação dos meninos ao trabalho.

Os “meninos de rua” têm uma auto-imagem bastante negativa, segundo maioria dos educadores sociais: eles se acham “feios”, “coisas”, “bichos”, “desrespeitados”. Há, porém, os que, ao contrário, consideram que eles se acham “espertos”, “fortes” e “auto-suficientes”. A interpretação para esta discrepância parece estar contida nas observações feitas por alguns educadores, segundo os quais a exibição de força e auto-suficiência é puramente defensiva.

Finalmente, os educadores sociais são quase unânimes em dizer que os “meninos de rua” vivem apenas o presente: para eles o que vale é o “aqui e agora”, não fazem planos nem têm perspectivas. Alguns dos entrevistados interpretam essa atitude como uma defesa decorrente da consciência de que “a morte ronda o seu dia-a-dia”.

Em resumo, as imagens construídas pelos educadores apresentam os “meninos de rua” como, ao mesmo tempo, vítimas e heróis, minimizando o lado anti-social de seu comportamento. Munidos de coragem, organização social e autonomia, lutam para sobreviver ao complô social que se instalou contra eles, representado pelo modelo sócio-econômico iníquo que levou suas famílias à desagregação e à violência, pela escola que os exclui, pela sociedade que os discrimina.

O núcleo figurativo da representação de “meninos de rua” que emerge do conjunto das falas dos educadores pode, então, ser assim enunciado:

Os “meninos de rua” são vítimas do processo de exclusão social, ao qual opõem resistência.

“Meninos de rua”

Os “meninos de rua” sabem que são vistos como assaltantes, pivetes, trombadinhas e mendigos. Sabem, ainda, que o sentimento que provocam nas pessoas é principalmente medo, mas também pressentem, no comportamento e no olhar das pessoas, raiva, nojo, e por parte de alguns, pena. A interferência de

tais comportamentos na elaboração psicológica das representações que os meninos fazem de si mesmos é evidente nos sentimentos de humilhação, rejeição e revolta aí presentes:

Quando uma pessoa está tentando ajudar, e u fico alegre... Mas tem aquelas que passam assim estupidamente... aí eu me sinto envergonhado, rejeitado...

Eu me sinto muito mal porque as pessoas que passa vê a gente como ladrão... Eu dou duro no estacionamento porque o dinheiro que eu ganho lá dura mais que quando eu roubo. Só porque está na rua é ladrão ?

Eu me sinto assim... rejeitada, sabe? Às vezes eu entro num lugar as pessoas saem de perto... já tem o preconceito de eu ser preta, de rua então...

Me sinto como um cachorro... um cachorro abandonado... um cachorro de favela.

As meninas têm de si representações mais negativas que os meninos:

Sou feia mas honesta, não mexo em nada de ninguém.

Eu fico humilhada... fico pensando: pô, por que eles tratam a gente assim?... Comigo não acontece isso porque, do jeito que eu ando na rua, ninguém diz que eu sou menina de rua...

Observa-se, nesta última fala, uma preocupação de fugir ao estigma de “menino de rua”, que parece estar presente também naqueles que se definem apenas como “uma pessoa normal”, “igual a todo mundo”, uma vez que, nesse caso, não se afirma uma identidade, apenas se nega outra, socialmente atribuída. Tal preocupação parece, também, contribuir para o fascínio, tantas vezes mencionado, pelos tênis e roupas “de marca”, que aí funcionariam como “desidentificadores”, isto é, signos que tentam quebrar, numa direção positiva, uma imagem estabelecida, lançando dúvidas sobre a identidade social virtual (Goffman, 1980).

Os “meninos de rua” têm grande dificuldade de falar sobre suas famílias. Muitos se esquivam de falar dizendo que não se lembram, que não querem lembrar, ou simplesmente se calando. Outros dizem que sua família são os amigos da rua, porque os criaram, porque os defendem e os tratam com carinho. Os que falam de suas famílias as descrevem como não-solidárias (“é cada um por si”), ou como exploradoras de seu trabalho dentro e fora de casa e, principalmente, como violentas e desrespeitosas.

A imagem do pai é inexistente ou extremamente negativa. Esta última, porém, é predominante, correspondendo a mais de metade das respostas. Muitos dizem não se lembrar dele porque morreu quando eram pequenos, porque nun-

ca o conheceram, ou porque se separou da mãe e nunca mais apareceu. Neste último caso, sentimentos de rejeição e abandono estão associados à ausência. Outros recordam as bebedeiras, as surras que davam neles próprios e na mãe e também a exploração de seu trabalho:

Fui pra rua por causa dele... queria que eu trabalhasse pra ele sem ganhar nada... achava que dar comida já era muito... se eu reclamava partia pra cima de mim pra me bater... ele bate na minha mãe também...

As mães têm uma imagem menos desfavorável que os pais, chegando mesmo a predominar, entre os meninos, a imagem favorável. Ela é vista como aceitante (“acho que ela gosta de mim assim mesmo”), conciliadora nos conflitos familiares (“sempre tentando evitar as brigas”) e batalhadora na busca do sustento. Os “meninos de rua” parecem ter uma avaliação mais benevolente da mãe, tendendo a justificar mesmo os comportamentos menos adequados, por ela ter se tornado “nervosa”, “revoltada”, “sofrida” em função da viuvez, do abandono ou das dificuldades financeiras:

Ela tem problema no coração, está sem o remédio, desempregada... Então, ela fica nervosa, xinga, mas eu não ligo... gosto dela.

Resumindo, podemos dizer que os “meninos de rua” não apresentaram, em sua maioria, uma representação clara sobre suas próprias famílias. Cabe esclarecer que, dos 31 entrevistados, apenas 3 tinham pai e mãe vivos e morando juntos à época da entrevista: 12 eram órfãos de pai, 8 eram órfãos de mãe, e o pai de um e a mãe de outro estavam presos. Quanto aos demais, ou os pais se separaram quando eram pequenos ou nunca os conheceram. Entre os que apresentaram uma imagem sobre suas famílias, observa-se que esta tem como figura central uma mãe que tenta dar conta de responsabilidades que deveriam ser partilhadas com o pai e que frequentemente sucumbe frente ao peso dessas responsabilidades.

Quanto à rua, esta é basicamente representada por oposição à casa, como uma alternativa melhor ou como a única possível, o que não significa, necessariamente, que seja vista de uma maneira favorável. Os aspectos negativos mencionados são de dois tipos: condições materiais de vida na rua e as interações mantidas nesse espaço. Entre as primeiras ressaltam o frio, a chuva, o chão duro, a fome e a dificuldade de tomar banho e de encontrar um abrigo para dormir. Entre as interações, destacam o preconceito das pessoas que passam, as falsidades e, principalmente, a violência:

É um horror... você dorme e não sabe se vai amanhecer vivo... tem dia que você come, tem dia que não come... você não tem objetivo pra lutar...é aquela coisa todo dia: acorda e aí vai, passa o dia, vem a noite, dorme. Se dormir... às vezes você fica acordado até de madrugada porque não consegue dormir.

Entre os aspectos positivos, são destacados o lazer (mais espaço para brincar, conversar), a possibilidade de conseguir dinheiro ou comida, a liberdade (“ninguém pega no meu pé”) e, principalmente, os companheiros da rua. Estes são vistos como amigos, irmãos, família (são comuns, entre eles, as denominações de “mãe de rua” e “filhos de rua”), uma família solidária em que as pessoas sofrem juntas e se ajudam mutuamente. Mas é sobretudo como uma forma de proteção que o grupo é visto: em grupo é mais difícil de serem submetidos a atos de violência e, caso isto ocorra, “sempre tem alguém que escapa e pede ajuda”.

Quanto aos motivos alegados para o abandono da escola destacam-se as dificuldades com a aprendizagem escolar, as reprovações, os problemas disciplinares, a interferência do trabalho, os constantes deslocamentos da família e a “iniciação” no modo de vida da rua. A escola retratada pelos meninos de rua é uma escola que não os acolhe, que desconhece as necessidades e dificuldades relacionadas a sua inserção social, ou mesmo que os rejeita. Mesmo quando se referem à escola idealizada, “que ajuda a ser alguém na vida”, se apressam em dizer que isto não se aplica àquela que conheceram e que ficou na memória associada a angústias e fracassos:

Tentei três vezes fazer a 1ª série em Santa Cruz.. não conseguia aprender a ler e escrever. Eu não tenho cabeça prá isso não, me dá nervoso...

Era chato... tinha dificuldade em redação e matemática... a professora explicava mais de dez vezes e eu nunca peguei... As professoras têm que ter paciência, educação...

Sai da escola porque fui reprovado... Por causa de uns poucos pontinhos, a professora não quis deixar eu passar... Eu era doído pra passar de ano...

Estes resultados confirmam estudo realizado por Adorno (1992) que investigou as representações de escola de adolescentes que cumpriam sentenças em uma instituição penal e concluiu que, para eles, a evasão escolar apresentava-se como um fato inevitável, seja pela pressão econômica, seja pela imposição de um ensino estranho ao seu universo e pelas humilhações sofridas pelo não-saber.

Embora alguns “meninos de rua” nunca tenham trabalhado, vivendo da mendicância e de pequenos furtos, a grande maioria já teve alguma experiência anterior de trabalho, além de frequentemente alternarem atividades marginais com biscates. E o que se observa é que a maneira como eles vêem o trabalho está também intimamente relacionada à natureza daquele que conheceram e à maneira pela qual foram iniciados nessa atividade: de forma compulsória e prematura, para compor o orçamento familiar e sujeitos à punição, caso não conseguissem a quantia necessária. Quanto a esses aspectos, diz um menino:

Os pais se acostumam com os filhos dando aquele tanto e quando falta aquela quantia eles acham que a criança tem obrigação de arrumar. Com meus pais era assim... eles achavam que eu tinha que arrumar um trabalho pra sustentar eles... Eu não achava certo... Eu com 12 anos e minha mãe caçando serviço em obra pra mim... Todo mundo brincando e eu carregando tinta... Eu não queria... Aí eu saí (de casa)...

No que se refere à natureza da atividade que desempenhavam, esta consistia basicamente em oferecer serviços (“flanelinhas”) ou produtos (balas, doces, frutas) nos quais as pessoas não estavam interessadas, freqüentemente repelindo suas investidas com aspereza ou ignorando-os. Tais reações fazem com que o trabalho seja associado a constrangimento e vergonha, a uma situação de “pedinte”:

Quando eu era pequena, gostava, porque vendia rapidinho o meu chiclete e ainda ganhava gorjeta... Depois, nego só ficava reclamando que era caro...

Eu tinha vergonha de vender bala no trem... agora, de roubar eu não tenho (ri)... devia ter, né ? mas não tenho...

Observa-se aí que o sentido de trabalho, como esforço para garantir o próprio sustento, parece se deslocar para o roubo, que é por eles associado à coragem e à esperteza, enquanto a mendicância é vista como admissão de fracasso.

Em função das associações, o trabalho é visto pelos meninos e meninas de rua como uma super-exploração que implica muitas perdas — da infância, da liberdade — e nenhum ganho, pois não atende sequer às necessidades do dia-a-dia ou como “um mal necessário”, ligado exclusivamente à sobrevivência imediata, “pra ter um trocado”, “para comprar uma roupa, um tênis”.

Por outro lado, arranjar um trabalho faz parte dos sonhos dos meninos e meninas de rua quanto ao futuro. A natureza desse trabalho, porém, raramente está clara para eles, uma vez que essa necessidade é freqüentemente mencionada de modo inespecífico. Quando especificada, a opção tende a ser por profissões glamurosas, dificilmente acessíveis a eles, como ator, cantor, atriz de TV, modelo, aeromoça. Outras opções, não tão glamurosas, mas igualmente pouco realistas (como, por exemplo, “ter minha própria oficina sem depender de ninguém”, “ter uma borracharia”), parecem indicar o desejo de não ter patrão. Os poucos meninos que partem para uma opção realista, tendem a querer “entrar pro quartel”.

Cabe assinalar que o dilema entre a representação negativa do trabalho e a necessidade de trabalhar se torna mais aguda com a aproximação da maioridade, sobretudo, em função da vigência da responsabilização penal: observa-se que os meninos mais velhos são aqueles que mais externam essa vinculação, afirmando que “não dá mais pra continuar roubando porque já pega cadeia”.

A dificuldade de lidar objetivamente com o futuro parece estar vinculada à representação de trabalho construída pelos “meninos de rua”, aqui já analisada. Essa dificuldade — explicitada por alguns com expressões como “tá mal”, “tá confuso”, “só Deus sabe” — também se evidencia no fato de que os meninos parecem ter expectativas mas não têm projetos, isto é, o que esperam do futuro raramente está respaldado em situações ou ações presentes. Não se pode dizer, portanto, que eles tenham uma representação de futuro.

Discussão

A comparação dos núcleos figurativos identificados nas representações dos diferentes grupos focalizados no quadro a seguir revela o resultado do processo de objetivação no âmbito desses grupos, indicando como cada um deles acentua, distorce ou omite diferentes aspectos do objeto em função dos valores, informações e crenças que circulam nesses grupos.

Comparação entre os núcleos figurativos das representações de “meninos de rua” apresentadas pelos diferentes grupos

Grupos	Núcleos figurativos
Meninos Trabalhadores	Crianças pobres que não trabalham e por isso têm que roubar
Meninos de Classe Média	Filhos de pais irresponsáveis, que se tornam revoltados e violentos
Educadores Sociais	Vítimas do processo de exclusão social, ao qual opõem resistência
Seguranças	Crianças abandonadas e tristes
Policiais	Marginais sujos e impunes

No que se refere às informações que contribuem para a formação das representações de “menino de rua”, sabemos que estas diferem bastante de um grupo para outro. Embora todos os grupos focalizados tenham contato direto com os “meninos de rua”, a natureza desses contatos é diversa. Isto certamente contribui para que eles sejam vistos como carentes e carinhosos pelos educadores sociais e arrogantes pelos policiais. Cabe lembrar, ainda, que, no caso presente, em que o objeto representado é um “outro”, há que se levar em conta a manipulação da impressão por parte dos “meninos de rua” na interação com esses diferentes grupos. A “fachada” que eles apresentam para os educadores não é a mesma que apresentam para os policiais, pois cada uma delas se destina a alimentar uma impressão a partir de uma definição da situação, como nos mostra Goffman (1989).

Mas, além do contato direto, cada um desses grupos tem outras fontes de informação que ajudam a acentuar certas características do objeto. Assim, os meninos e meninas trabalhadores travam conhecimento com os “meninos de rua” no desempenho de suas atividades laborais, testemunhando as dificuldades que enfrentam para conseguir comida e um lugar para dormir. Alguns deles têm também parentes e conhecidos nessa situação. A televisão parece ter também seu papel, a julgar pelo uso de jargões televisivos (“criança-esperança”) e por referências diretas a determinados programas (notadamente os da Xuxa) ao se manifestarem sobre o assunto. Quanto aos meninos e meninas de classe média, suas fontes incluem basicamente os meios de comunicação de massa, as conversas em casa e as aulas do colégio. Os educadores sociais apontam, como fontes de seu conhecimento sobre os “meninos de rua”, conversas com outros educadores, leituras e discussões realizadas no âmbito de seus programas, além dos meios de comunicação de massa. Já os policiais indicam TV, jornais, conversas com outros policiais e “boletins de ocorrência”.

É evidente que essas fontes não apenas transmitem informações diversas, mas veiculam diferentes valores e atitudes frente ao objeto. Embora o acesso às informações contribua para a construção das representações, são os critérios normativos do grupo de pertencimento do sujeito, guiados por seus valores e interesses, que determinam os conteúdos que serão incorporados, orientando a construção seletiva, característica do processo de objetivação. A fala de um adolescente de classe média, responsabilizando os pais pela situação dos “meninos de rua”, ilustra bem esse processo:

Tá certo que o professor de Geografia diz que é a má distribuição de renda, que os pais não conseguem arrumar emprego e tal... Mas aí, então, pra que que faz filho? Pra depois deixar na rua porque não tem condição de sustentar?

Na mesma linha de argumentação, outro adolescente de classe média complementa:

Mesmo pra classe média já está difícil ter dois, três filhos e sustentar bem, pagar escola, faculdade, poder dar uns luxos: roupas e tudo mais...

A presença de uma ideologia de classe — segundo a qual o número de filhos está relacionado à divisão do capital ou do patrimônio — está na base da rejeição da informação veiculada pela escola. Tal incapacidade de descentração constitui o que Piaget denomina de pensamento sociocêntrico. Ao contrário do que supõem estes adolescentes, nas famílias muito pobres, um número maior de filhos representa mais braços para o trabalho, uma ajuda no orçamento familiar e, freqüentemente, o único amparo com que os pais podem contar na velhice (sem mencionar as dificuldades de acesso aos meios anticoncepcionais).

O núcleo identificado na representação dos “meninos de rua”, apresentada pelos meninos trabalhadores, também parece estar vinculado a valores culturais. Segundo Dauster (1991), o trabalho infantil nas camadas populares é representado como “natural” e essa necessidade é transmitida como reciprocidade e valor na dinâmica das relações familiares. A adesão a esse código ficou evidente nas falas dos meninos e meninas trabalhadores incluídos em nosso estudo.

No que se refere aos educadores sociais e aos policiais, o agenciamento dos conteúdos selecionados na construção dos núcleos figurativos de suas representações está mais claramente relacionado aos seus papéis e identidades profissionais⁵. Nesses grupos parece ser também possível ilustrar a relação dialética entre objetivação e ancoragem, indicando possíveis relações entre representação social e condutas.

Ver o “menino de rua” como vítima, mas também como alguém que luta contra os mecanismos que o excluem, equivale a considerá-los como, ao mesmo tempo, necessitados de ajuda e dignos de respeito. Isto talvez explique o fato, apontado por Zaluar (1992), de que, na tarefa de ressocialização a que se propõem, os educadores sociais tendem a enfatizar mais a defesa dos “meninos de rua”, adotando, por vezes, uma atitude paternalista, do que as responsabilidades sociais e éticas destes, também fundamentais na formação do cidadão. Neste estudo, pudemos observar que a maioria dos educadores cita os “biscates” e a “mendicância” como principal forma de sustento dos “meninos de rua”, tentando minimizar as atividades ilegais: quando se referem aos furtos, a menção a estes é invariavelmente antecedida pelo adjetivo “pequenos”. A idealização que pode ser identificada nas imagens fornecidas pelos educadores parece ter uma função defensiva, facilitando a interação cotidiana com os meninos.

Por outro lado, todos os policiais entrevistados apontam o roubo como principal fonte de sustento dos “meninos de rua”. Vê-los como marginais — e, mais do que isso, como marginais cuja impunidade é garantida pela legislação — justifica a truculência da repressão policial como o único “corretivo” possível. Já os seguranças, embora tenham também um papel repressor, sua função é apenas proteger aqueles que os contrataram, bem como seus respectivos patrimônios, não estando investidos de qualquer poder legal para tomar medidas concretas contra os “meninos de rua”, a não ser afastá-los. Tal fato talvez possa explicar o maior distanciamento refletido em sua representação.

Ainda no que se refere aos processos de construção das representações, algumas ancoragens foram identificadas. Os meninos e meninas de classe média, por exemplo, freqüentemente associam os “meninos de rua” aos “arrastões”, assim como a latrocínios, em que se “mata por um tênis”, evidenciando a ancoragem da representação de “menino de rua” na das gangues, no primeiro caso, ou na da ampla categoria de delinqüentes juvenis, no segundo. Já os educadores sociais os situam na categoria dos “excluídos”, aproximando-os dos

“sem terra” e, mais freqüentemente, dos negros, o que, para eles, explicaria grande parte dos preconceitos a eles dirigidos.

Finalizando, a comparação entre os diversos grupos, ao lado das diferenças apontadas, evidencia um tema comum nas representações sobre os meninos e meninas de rua — a violência — uns enfatizando a violência contra eles, outros a violência deles. Se de um lado, eles são vistos como vítimas de um sistema social perverso, de outro, são encarados como uma ameaça à sociedade, uma vez que, respaldados nos privilégios que a minoridade lhes garante, tornam-se cada vez mais ousados e cruéis. Esta última imagem, que parece ser a prevalente no imaginário social, os identifica a qualquer criminoso filho de família pobre e menor de idade, more ele onde morar. O efeito devastador dessa imagem, assim como das condutas que ela previsivelmente orienta, sobre a auto-representação dos meninos dispensa maiores comentários. A significação e utilidade das distorções, suplementações e desfalques (Jodelet, 1989) que a originaram são também evidentes. Talvez por isso incomode a tantos, não tanto o fato de que a sociedade os produziu, mas o fato de que eles estão aí, em toda parte, “sujos e feios, revirando o lixo”.

Notas

1. Pesquisa financiada pelo CNPq.
2. Valladares e Impelizeri (1991), em minucioso levantamento da ação não-governamental voltada para as crianças carentes, localizaram, apenas no Município do Rio de Janeiro, 619 iniciativas de natureza e filiações diversas, das quais 39 dirigidas exclusivamente aos meninos e meninas de rua. Considerando-se que as autoras trabalharam com dados disponíveis até maio de 1991, e que aí não estão incluídas as ações governamentais, pode-se concluir que o número de iniciativas é hoje muito maior.
3. Adotamos a definição estrita de menino de rua, isto é, incluímos neste estudo apenas aqueles que não moram com seus familiares, passando todo o tempo na rua ou eventualmente freqüentando algum programa de apoio em regime aberto.
4. Destes, três são alunos regulares da Pós-Graduação em Educação da UFRJ — Mônica A. Duarte, Paulo Bochetti e Maria Cecília Tinoco dos Anjos — e duas eram vinculadas a outros cursos de Pós-Graduação: Elaine Monteiro (PUC/RJ) e Marta F. P. Bastos (UFF).
5. Morant (1996) propõe o termo “representações sociais profissionais” para designar as representações que circulam nos meios profissionais. Essas representações teriam cinco componentes distintos porém inter-relacionados: teoria, prática, papéis e identidades profissionais, representações “leigas” (do senso comum) e fatores organizacionais.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio (1992). A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. In HADDAD, S. *Sociedade civil e educação*. Campinas: Papirus.

- DAUSTER, Tania, (1991). Uma infância de curta duração: *O significado simbólico do trabalho e da escola e a construção social do 'fracasso escolar' nas camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- FARR, Robert.M. (1990). Les représentations sociales. In: MOSCOVICI, Serge. (org.). *Psychologie sociale*. (2ª ed.). Paris: Presses Universitaires de France, 1990 (2ª ed.).
- GOFFMAN, Erving, (1980). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOFFMAN, Erving, (1989). *A representação social do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. Tradução de Maria Célia Santos Raposo.
- IBÁÑEZ, G.T., (1988). Representations sociales: teoria y método. In: IBÁÑEZ, G.T.(org.) *Ideologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai.
- JODELET, Denise, (1989): Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (org.). *Les représentations sociales*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- JODELET, Denise, (1990). Représentations sociales: phénomène, concept et théorie. In: Moscovici, Serge (org.). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LINCOLN, Yvonna & GUBA, Egon, (1985). *Naturalistic inquiry*. Bervely Hills: Sage Publications.
- MOLINER, P., (1994) Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In: Guimmelli, C.(org.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- MORANT, Nicola. Professional social representations: Applying social representations theory to professional practitioners. Paper presented at the Third International Conference on Social Representations. Aix-en-Provence, 27-30 de setembro de 1996.
- MOSCOVICI, Serge, (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de Álvaro Cabral.
- MOSCOVICI, Serge, (1984). The phenomenon of social representations. In: FARR, R.M. & MOSCOVICI, Serge.(org.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VALLADARES, L. & IMPELIZIERI, F, (1991). *Ação invisível: O atendimento a crianças carentes e a meninos de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- ZALUAR, Alba, (1992). Exclusão social e violência. In: HADDAD, S.(org). *Sociedade civil e educação*. Campinas: Papirus.

Alda Judith Alves-Mazzotti é Professora Titular de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação/UFRJ

Endereço para contato:
 Rua Faro 43, Jardim Botânico
 CEP 22.461-020. Rio de Janeiro/RJ
 Tel: (021) 512 5560 - Fax: (021) 512 6296